



A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE CIDADÃO: UMA PROPOSTA DE POLÍTICA PÚBLICA PARA EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Vania Oliveira Isaac, Maria Gloria Dittrich.

Mestrado em Gestão de Políticas Públicas

Gestão de Políticas Públicas: instituições, cultura e sustentabilidade - Aspectos Socioambientais e Culturais das Políticas Públicas

A presente dissertação tem como objeto a construção da identidade de cidadão, bem como, a condição *sine qua non* de reflexão sobre a idealização de cidadania, que se formaliza no indivíduo de facto e diverge, portanto, do indivíduo de jure, pessoa humana que não age e interage na sociedade como um cidadão. Tal concepção está contida em teorias sobre a identidade e cidadania, e se explica, justifica, e é influenciada devido a possibilidade e a necessidade em iniciar a construção da identidade de cidadão durante o período escolar, concomitantemente entre família, sociedade e escola. O objetivo dessa pesquisa consistiu em apresentar uma proposta técnica jurídica voltada para o desenvolvimento de um processo educacional em tempo integral que tencionou na construção da identidade de cidadão. Para isso, buscou-se a compreensão sobre a formação da identidade de cidadão e como a educação pode contribuir nesse processo através de uma pesquisa teórico-prática qualitativa. O aporte teórico foca-se em Zygmunt Bauman, Robert Alexy, Paulo Bonavides, Maria da Glória Gohn, Maria Cândida Moraes, João Henrique Suanno, e outros teóricos que venham contribuir. A metodologia para a compreensão dos dados foi dentro da Hermenêutica Fenomenológica. Os resultados da investigação demonstraram que a identidade de cidadão é volátil, ou seja, pode ser construída a partir do acesso ao conhecimento que gera aprendizado, e que os reflexos da formação da identidade da pessoa humana norteiam e repercutem de maneira positiva ou negativa na sociedade. E, que na escola pode ocorrer o processo de construção da identidade de cidadão através da educação em tempo integral, por meio do estudo da Constituição Federal de 1988, Constituição Estadual, Lei Orgânica Municipal, e a competência das três esferas, União, Estado e Município, pois proporcionam conhecimento dos direitos e deveres de cidadão. Quanto a implantação do programa de construção da identidade de cidadão na educação em tempo integral, compete ao Estado ampliar o número de escolas para oferta, a fim de que alcance o maior número possível de estudantes, além da possibilidade de extensão para educação não-formal. Frisa-se ainda que profícuo se faz a inclusão do programa de construção da identidade de cidadão no orçamento do município, no Plano Plurianual, para atender critérios legais vigentes na prestação de contas do município junto ao Tribunal de Contas do Estado, pois além dos custos com número de efetivo de profissionais educadores, requer também qualificação destes para ensinamento das ciências jurídicas, que de fato venha formar cidadãos atuantes na sociedade, indo ao encontro do programa de governo de Itajaí para 2040, em tornar a cidade moderna e sustentável.

Realização



Vice-Reitoria de Pesquisa,
Pós-Graduação e Extensão

XXI SEMINÁRIO
DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA
X Mostra Científica de Integração
Pós-Graduação e Graduação

4, 5 e 6 de Outubro de 2022



Apoio



Palavras-chave: Educação; Identidade; Cidadão.